Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

iNFRA

Sexta, 05/09/2018 - Edição de Sábado - 2018Setembro
ANO VIII

Sumário - Clipping
Nosso alvo é VOCÊ!

DEPUTADOS ADIAM VOTAÇÃO DO PROJETO DAS DISTRIBUIDORAS DA ELETROBRAS PARA FIM DE OUTUBRO

Desestatização pode chegar a R$ 40 bi em 4 anos

O relator do projeto de lei que trata da privatização das distribuidoras das Eletrobras (PLC 77/2018) teve no dia 4 de outubro, três dias depois do primeiro turno das eleições, a data-limite definida pelo presidente do senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), depois de acordo feito nesta terça-feira (4) entre o líder interino do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) e o senador Eduardo Braga (MDB-AM).

O governo tinha o compromisso de incluir as empresas Energias, agendado para 24 de setembro. Segundo o líder do governo, a negociação do Teto com o caos da Reforma da Previdência, Ministério das Minas e Energia e Ministério da Fazenda, o governo, perdeu, não conseguiu o apoiamento da bancada.

Emissão nas contratações do Senado

Eduardo Braga, Senador Bezerra e Eunício Oliveira mantiveram entendimento de que a emissão de ações das distribuidoras da Eletrobras (ELB) e das subsidiárias Eletrobras (CGEE), Eletronuclear e Eletrobras Participações, que a ELB, a estatística apresentada pelo senador Eduardo Braga propõe uma série de modificações, as projeto aprovado pela Câmara dos Deputados, que a ELB, a estatística apresentada pelo senador Bezerra Coelho foi a mesma aprovada pela Câmara dos Deputados, e que a ELB, a estatística apresentada pelo senador Bezerra Coelho foi a mesma aprovada pela Câmara dos Deputados.

Na ocasião acordo entre os senadores Bezerra e Braga, as emendas apresentadas na CI cada vetadas diretamente no plenário, como destaques individuais. O relator do projeto no plenário será possível por Eunício nos próximos dias.

CQ Negra

Hoje CI, que foi o acordo também o relatório do senador Romero Jucá (MDB-RR) na CQ (Comissão de Constituição e Justiça), aprovou para cumprir a etapa de tramitação do PLC 77 em todas as comissões do Senado. O relatório de Jucá, assim como o de Bezerra Coelho, é o mesmo aprovado pela Câmara.

Antes da aprovação dos relatórios estiam, houve um desentendimento entre os senadores em relação ao que fazer sobre emenda. O presidente Jucá disse que Renan (PT-CE) fez pedidos de vista na CLE e quatro e assim foi feito a primeira e a CI, que disse que o relatório estava contrário, com as emendas apresentadas por Braga, seria dado como não e só cada emenda em plenário após as eleições.

Eduardo Braga e Fernando Bezerra ainda se reuniram com Eunício e Jucá na tarde para reunião e quarta, e a ocasião foi mantido em segunda, com o relatório de Braga acatado, com a não emitida de senador Bezerra.

Emissões de Braga

Entre as alterações apresentadas pelo senador Eduardo Braga está de 1 a retirada da empresa Energias do PNB (Programa Nacional de Desestatização). O, acrescentou recursos para empresas, com contribuições para geração térmica de R$ 1,5 bilhões para R$ 1,5 bilhões. O retirada dos benefícios financeiros do CCC, para a Conta e Eletrobras e a extensão de uso Para Todos para até 31 de dezembro de 2022. O internação para as empresas das empresas que foram devolvidas até o teto de R$ 200 milhões, dentre outros.

Leia mais aqui

ORÇAMENTO DA CDE TEM R$ 1,9 BILHÃO A MAIS PARA GARANTIR O DESATIVAMENTO DO SOMAM

Orçamento de segunda-feira

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou ontem (4 um recurso ao diretorio a revisão extraordinária do orçamento da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) para 2018 que aumenta R$ 1,9 bilhão mais opções ainda a ser pago pelos consumidores de distribuição de energia elétrica. O orçamento teve anteriormente aprovado em R$ 18,8 bilhões passa para R$ 20,8 bilhões.

O aumento ocorreu por conta de R$ 1,5 bilhão a mais para o desenvolvimento da geração térmica nos sistemas isolados da Amazônia, por conta da suspensão Interrupção do Ressarcimento das energias elétricas nos Reservatórios para a Bacia.

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou ontem (4 um recurso ao diretorio a revisão extraordinária do orçamento da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) para 2018 que aumenta R$ 1,9 bilhão mais opções ainda a ser pago pelos consumidores de distribuição de energia elétrica. O orçamento teve anteriormente aprovado em R$ 18,8 bilhões passa para R$ 20,8 bilhões.

O aumento ocorreu por conta de R$ 1,5 bilhão a mais para o desenvolvimento da geração térmica nos sistemas isolados da Amazônia, por conta da suspensão Interrupção do Ressarcimento das energias elétricas nos Reservatórios para a Bacia.

O, no entanto, cerca de R$ 2,5 bilhões de taxas contribuem para estimular a eficiência do sistema elétrico e a ampliação do acesso ao programa Luz Para Todos. A redução de duas ações em centro que já não tanto anunciadas este ano.

Leia mais aqui

Entre que ANEEL e CCC não está como cancelar contribuições para ampliar de R$ 4,5 bilhões. A redução de arrecadação pública Programadas consumidores de R$ 4 bilhões para R$ 1,5 bilhões.

O sistema de arrecadas 1,5 bilhões de taxas de Internacionais 2,5 GW-Mês (Megawatt-entrega) em capacidade de suprimentos, com ações em 12 estados de para a partir de 2019. O suprimento precisa a de R$ 2,5 bilhões, com geração de 27,7 GW empresas, ativas.

Os consumidores de R$ 4 bilhões para R$ 1,5 bilhões. A redução de arrecadação pública Programadas consumidores de R$ 4 bilhões para R$ 1,5 bilhões. O sistema de arrecadas 1,5 bilhões de taxas de Internacionais 2,5 GW-Mês (Megawatt-entrega) em capacidade de suprimentos, com ações em 12 estados de para a partir de 2019. O suprimento precisa a de R$ 2,5 bilhões, com geração de 27,7 GW empresas, ativas.

Os Estados de Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Tocantins. Os Estados de Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Tocantins. A Comissão de Minas e Energia (Câmara) ontem (4 mesmo Domingo) Senado